

# REGIME DE INFORMAÇÃO DOS SISTEMAS DE ARQUIVOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO BRASIL<sup>1</sup>

## REGÍMENES DE LA INFORMACIÓN DE LOS SISTEMAS DE ARCHIVOS DE LAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE BRASIL

**Leonina Amanda Feitoza** - feitoza@hotmail.com

Arquivista, Mestre em Gestão da Informação (UEL), Docente do Departamento de Ciência da Informação da UEL

**Terezinha Elisabeth da Silva** - terezinha.elisabeth.silva@gmail.com

Doutora em Multimeios pela Universidade de Campinas/SP  
Professora adjunto aposentada da Universidade Estadual de Londrina.  
Analista Legislativo da Câmara dos Deputados

### RESUMO

**Introdução:** A escassez de literatura e de políticas que versam sobre as práticas arquivísticas, bem como os múltiplos empregos do termo “Sistema de Arquivos” levantam questionamentos entre os pesquisadores, acadêmicos e cientistas da área Arquivística acerca da competência e finalidade dos Sistemas de Arquivos no Brasil.

**Objetivo:** Apresentar o regime de informação dos Sistemas de Arquivos das Universidades públicas do Brasil a partir da identificação dos elementos que os integram.

**Metodologia:** Para tanto, reuniu-se literatura conceitual acerca de Regime de Informação e de Sistema de Arquivos a fim de que compusessem o aporte teórico do relatório e que promovessem a análise dos resultados obtidos na aplicação do formulário de pesquisa.

**Resultados:** Evidenciam que de modo geral o Regime de Informação dos Sistemas de Arquivos pesquisados envolve Recursos, Canais, Atores e Mensagens, mas na expectativa dos respondentes este regime deveria acontecer de forma a se valorizar uma determinada categoria de elemento em detrimento de outra.

**Conclusões:** O Regime de Informação ideal seria evidenciado com o fomento da discussão entre pares (Sistemas de Arquivos, comunidade Arquivística em geral) visando à disseminação do saber e do fazer, a partir dos conhecimentos adquiridos e das experiências vivenciadas por aqueles que atuam na área, com a organização de encontros e reuniões periódicas e sistematizadas.

**Palavras-chave:** Regime de informação. Sistema de arquivos. Universidades públicas do Brasil.

<sup>1</sup> Resultado parcial de dissertação de mestrado, defendida em 2012.

## 1 INTRODUÇÃO

Os Sistemas de Arquivos são alvo de observações e estudos no meio acadêmico profissional da Arquivologia, mas apesar de muito se falar a respeito, a polissemia desse termo e até mesmo a carência de objetividade fazem com que não haja consenso do significado no âmbito da Arquivologia.

O termo Sistemas de Arquivos é comumente utilizado como órgãos de ascendência técnica e como estratégias; como métodos que facilitam o arquivamento de documentos e como redes de arquivos, dentre outros.

No que diz respeito às universidades, o Brasil possui atualmente cerca de 101 instituições de ensino superior públicas credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC). Dessas, 26 possuem Sistema de Arquivos ou Arquivo Central ou Arquivo Geral. Esses dados estão disponíveis nos *sites* dessas instituições.

Percebe-se a existência de similaridades entre os Sistemas de Arquivos dessas instituições no que tange aos objetivos, finalidades e competências, mas nota-se também que a forma ou o modo como suas atividades são planejadas e executadas, na prática, destoa na maioria desses sistemas, a começar pela carência de disseminação e compartilhamento dessas atividades e a falta de padronização e consenso em relação à terminologia empregada no âmbito desses sistemas.

Neste contexto, identificam-se Regimes de Informação no cenário dos problemas referentes aos Sistemas de Arquivos de IES públicas, que, mesmo possuindo entre si semelhanças quanto à estrutura e atividades, caracterizam-se como Regimes de Informação específicos, já que o planejamento e a execução de suas atividades, dentre outros quesitos, são distintos.

Diante do exposto, é interessante apontar estudos em Ciência da Informação voltados a Regime de Informação como forma de se analisar ambientes informacionais em todas as suas constituições, administrativa, técnica, jurídica, social, dentre outras. Esses estudos contribuem para o fortalecimento e consolidação de regimes de informação específicos e, no caso supracitado, dos regimes de informação dos Sistemas

de Arquivos de IES públicas do Brasil (FROHMANN, 1995; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002; BRAMAN, 2004).

Para González de Gómez (2002), com a evolução da Ciência da Informação, o conceito de informação prioriza as ações de informação direcionadas à formação, organização e manutenção dos estoques de informação (registro). Portanto, entende-se que a informação relacionada a Regime (Regime de Informação) é aquela relativa a estoques de informação registrados, ou seja, aquela onde as informações dos mais variados tipos, gêneros e espécies são registrados em suportes físicos ou virtuais e que possuem um caráter orgânico entre si. São aquelas que após registro irão auxiliar no cumprimento da missão da organização e que, para tanto, estarão armazenadas em locais específicos e comporão um conjunto de documentos orgânicos, denominados arquivos.

Desta forma, este Relatório Técnico têm como objetivo apresentar o Regime de Informação dos Sistemas de Arquivos das Universidades públicas do Brasil a partir da identificação dos elementos que o integra (plano real). Este objetivo foi contemplado na pesquisa para o Mestrado Profissional em Gestão da Informação da Universidade Estadual de Londrina, resultando na dissertação “Regimes de Informação dos Sistemas de Arquivos das Universidades Federais e Estaduais do Brasil”, finalizada em 2012.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

O conceito de Regime de Informação sofreu influência da concepção de regime, um sistema de regras e normas menos rígidas que as de um sistema legalizado (BRAMAN, 1989). Um regime é “[...] uma ferramenta organizacional que foca na convergência de expectativas considerando princípios, normas, regras e procedimentos em áreas de interesse particulares” (BRAMAN, 1989, p. 234).

Um dos autores precursores dos estudos acerca de Regime de Informação é Bernd Frohmann que, no ano de 1995, durante a 23ª Conferência Anual da Associação Canadense de Ciência da Informação, introduziu o conceito de “Regime de Informação”. Para Frohmann (1995, p. 5), Regime de Informação é “[...] um sistema ou rede mais ou menos estável na qual a informação flui através de canais determináveis – de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, a consumidores ou usuários específicos”.

Regime de Informação são

Os modos de produção informacional dominante em uma formação social ou institucional, em que são definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

Para Lima e colaboradores (2009), o Regime de Informação é o local das relações de informação e o modo como essa informação é organizada, orientada, produzida e utilizada. São, portanto, as regras do uso da informação em determinada sociedade ou organização, uma vez que estas possuem regimes de informação “através dos quais organizam a produção material e simbólica e representam a dinâmica das relações sociais e organizacionais” (LIMA *et al*, 2009, p.1744).

Wilke e Jardim (2006) corroboram e complementam o exposto por González de Gómez e Chicanel (2008) ao abordarem Regime de Informação como um horizonte informacional (formal e informal) povoado de diferentes atores que se relacionam promovendo mediações comunicacionais e informacionais. Essas mediações ocorrem atualmente, mais do que nunca, em tempo real, por meio de estruturas tecnológicas que cada vez mais despontam no âmbito dos regimes de informação.

O que se pode perceber é que os Regimes de Informação se constituem em ambientes onde as informações são produzidas, recebidas, utilizadas, organizadas, armazenadas e compartilhadas, ou seja, são todas as ações de informação intencionais e não intencionais. Essas ações são movimentadas por indivíduos que agem conforme necessidades de busca (que mudam o tempo todo) e uso das informações e que para tanto, são otimizadas por canais e recursos de informação, bem como pela troca de mensagens que esses indivíduos estabelecem entre si.

Esses indivíduos (Atores), Canais, Recursos e Mensagens são para González de Gómez e Chicanel (1999) os elementos que constituem Regimes de Informação em saúde. Para as autoras, o Regime de Informação em Saúde é o conjunto de elementos que possibilitam, agregam, segmentam ou dispersam os fluxos da informação sobre a saúde e para a saúde (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CHICANEL, 1999).

Os termos RECURSOS, CANAIS, ATORES e MENSAGENS neste Relatório, foram utilizados como categorias de elementos visando designar, em qualquer campo de estudo, os elementos que constituem Regimes de Informação específicos e não somente aqueles relacionados à área da saúde.

Os Recursos além de englobarem capital humano, material e financeiro, são informacionais também. Horton Júnior (1979), Frohmann (1995), González de Gómez e Chicanel (1999), González de Gómez (2002) e Unger (2006) indicam que os itens que compõem os recursos informacionais são as bibliotecas, os centros de informação, bancos/bases de dados computadorizados, arquivos documentais textuais e digitalizados oficiais, gravações sonoras, jornais, filmes, correspondências, regras, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, diretrizes políticas, arranjos organizacionais, tecnologias da informação em geral, armazenamento, recuperação e transferência de informação e documentos, linguagens documentárias, sistemas de informação.

Para Frohmann (1995), González de Gómez e Chicanel (1999), González de Gómez (2002) e Unger (2006), são exemplos de Canais nos Regimes de Informação a difusão por rádio e TV, distribuidora de filmes, publicações acadêmicas, internet, fluxos de transbordamento de dados, conversas entre atores e discursos, os jornais, a representação das informações disponíveis, estoques de informação (dinâmicos e estáticos), necessidades informacionais.

Para Frohmann (1995) e ainda González de Gómez e Chicanel (1999), González de Gómez (2002) e Unger (2006) afirmam que os atores de Regime de Informação são as instituições, autoridades informacionais, grupos, médicos e pacientes (área da saúde), a clientela, produtores e consumidores de informação, organizações e empresas, universidades, domicílios, associações, a comunidade, coletivos profissionais, agências governamentais, distribuidores de filmes, órgãos ou departamentos da administração pública, estoques de informação, seres humanos com suas necessidades informacionais.

Para González de Gómez (1999, 2002), Frohmann (1995) e Unger (2006) as Mensagens nos Regimes de Informação dizem respeito aos emissores e receptores (Internet, jornais, conversas informais, meios e recursos de informação, diálogos, produtores, usuários), ou seja, são as ações dos indivíduos inspirados por suas necessidades informacionais por intermédio de meios físicos e relacionais permitem o ir e vir da informação. Todas as vezes que uma informação é requerida, ela é obrigatoriamente enviada como Mensagem, independentemente de a solicitação ser voluntária ou involuntária. A recepção e a interpretação da mensagem como informação são posteriores (CAPURRO, 2000 *apud* MATHEUS, 2005).

➤As categorias utilizadas na descrição do processo de identificação de um Regime de Informação envolvem, de acordo com Carvalho (2009), todos os aspectos

socioculturais existentes nos Regimes de Informação específicos, o compartilhamento de informações e de conhecimento entre os atores locais e as regras, normas, políticas relacionadas a esses Regimes. Elas se mostram capazes de auxiliar na compreensão da formação do Arranjo Produtivo Local de Santa Rita do Sapucaí, em estudo feito por Carvalho em 2009 e podem ser utilizadas como forma de observação e estudo em qualquer Regime de Informação.

➤Estas categorias atendem à observação de Braman (2004) de que é preciso investigar as formas de codificação do conhecimento pelas quais as práticas sociais vão “contaminar” as instituições e as leis e também, assim como salienta Rapini e colaboradores (2004, *apud* CARVALHO, 2009), a formação institucional do ambiente local (Regime de Informação específico) produzirá impacto sobre os mecanismos de aprendizado por interação.

➤Um exemplo de Regime de Informação específico são os Sistemas de Arquivos e que no contexto das Universidades públicas do Brasil evidenciam, além das funções de suporte, orientação e planejamento e coordenação das ações de arquivos, a centralização e descentralização de arquivos.

➤O “Dicionário de Terminologia Arquivística” (1993), publicado pelo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, de Portugal, evidencia que sistema de arquivos equivale ao termo rede de arquivos (INSTITUTO DA BIBLIOTECA NACIONAL E DO LIVRO, 1993 *apud* JARDIM, 1995).

➤Heredia Herrera (1991, *apud* JARDIM, 1995, p. 46) percebe o Sistema de Arquivos como “um conjunto de atividades articuladas através de uma rede de arquivos de centros e serviços técnicos para estruturar a transferência, o recolhimento, depósito, arranjo e descrição e serviço dos documentos”.

➤A rede de arquivos, por sua vez, é definida como “[...] conjunto de arquivos que, independentemente da posição que ocupam nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na prossecução de objetivos comuns” (INSTITUTO DA BIBLIOTECA NACIONAL E DO LIVRO, 1993 *apud* JARDIM, 1995, p. 45).

As redes de arquivos são elementos interligados com objetivos comuns, possuem componentes autônomos e características individuais. A ausência de um componente não compromete a realização dos objetivos da rede como um todo porque há cooperação e complementação entre elas. Já nos sistemas os elementos são integrados, possuem objetivos específicos e componentes interdependentes, procuram a padronização das

atividades e exercem funções específicas e interdependentes (SOUZA, 1988 *apud* JARDIM, 1995).

►Conforme o “Dicionário de Terminologia”, sistema de arquivos é o conjunto de arquivos “que independentemente da posição que ocupam nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na consecução de objetivos comuns da Arquivística” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1990 *apud* JARDIM, 1995, p. 45).

Jardim (1995) ao analisar os depoimentos de seus entrevistados de pesquisa a respeito de Redes e de Sistemas, destaca que os Sistemas, diferentemente das Redes, envolvem poder em diversos estágios, possuem coordenação, apresentam acentuada hierarquia, trabalham com base em diretrizes e possuem estrutura de pequena complexidade. A analogia decorrente remete, dessa forma, à existência de centralização da administração e do controle.

### 3 RESULTADOS

A identificação do regime de informação dos Sistemas de Arquivos das Universidades públicas do Brasil a partir dos elementos que os integram foi evidenciada pelas respostas fornecidas pelos chefes e ou diretores dos 26 Sistemas de Arquivos identificados na primeira e segunda fases da pesquisa de dissertação, ao formulário *on line* enviado em outubro de 2011 e maio de 2012.

Os 26 Sistemas de Arquivos estão distribuídos em 26 universidades públicas, a saber: Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Universidade Federal de Goiás (UFG), Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade de Pernambuco (UPE), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade

Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC).

Pelas respostas obtidas no formulário de pesquisa, notou-se a predominância nos Sistemas de Arquivos de elementos de Regime de Informação relacionados com RECURSOS. Todavia, há certo equilíbrio nas indicações de resposta, em relação as quatro categorias de elementos de Regime de Informação, o que de modo geral significa que esses sistemas desenvolvem seus regimes a partir das atividades de atendimento às necessidades informacionais dos ATORES, por meio da utilização de RECURSOS e CANAIS de informação a fim de compartilharem MENSAGENS e informações. Este cenário está em consonância com o exposto por Fischer e Melo (2004 *apud* CARVALHO, 2009, p. 9, grifo nosso) pois comentam que no

processo de conformação de um regime de informação, o qual abrange o arcabouço sociocultural existente num território, **a interação entre os atores**, evidencia formas diferenciadas de troca e compartilhamento de informações e de conhecimento, e o **conjunto de serviços, recursos e canais informacionais** criados e utilizados possui regras, normas, ações e políticas relacionadas ao artefato em estudo

O “artefato em estudo” colocado por Fischer e Melo (2004 *apud* CARVALHO, 2009) se refere no caso abordado nessa pesquisa, aos Sistemas de Arquivos.

Referente ao elemento RECURSOS, o exemplo que mais recebeu indicação de existência nos Sistemas de Arquivos foi “Serviço/Setor/Divisão de Protocolo”, seguido do exemplo “Legislação Arquivística”, de “Instruções normativas”, de “Instrumentos de Pesquisa” e de “Política de Gestão de Documentos”.

Diante do exposto, é possível inferir que a predominância do elemento RECURSOS na maioria dos sistemas pesquisados fortalece a ideia de que os RECURSOS informacionais utilizados num dado Regime de Informação se relacionam com **regras, decisões regulamentares, leis**, medidas administrativas, distintas maneira de produzir, processar, selecionar e distribuir informação, arranjos organizacionais, **bases de dados, acervos documentais** textuais (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999; 2002, grifo nosso). Referem-se também a: **tecnologias da informação, acesso aos documentos** (FROHMANN, 1995; 2006, grifo nosso), **instrumentos tecnológicos e documentos, linguagens documentárias, sistemas de informação, diretrizes políticas, armazenamento, recuperação e transferência de informação** (UNGER, 2006, grifo nosso).



Todos esses itens se reportam, na literatura conceitual de Regime de Informação, a RECURSOS informacionais.

Nota-se a existência do “Serviço/Setor/Divisão de Protocolo” em todos os Sistemas de Arquivo pesquisados e este fato transparece a importância desse serviço. Entretanto, é preocupante o fato de que na maioria dos Sistemas de Arquivos, a utilização de normas, diretrizes, padrões, políticas e regras, procedimentos referentes ao desenvolvimento das atividades e cumprimento das funções desses sistemas, não seja praticada. É preocupante porque, de acordo com Jardim (1995, p. 53, grifo nosso), as normas e diretrizes arquivísticas decorrentes de uma política **“refletem diretamente as características presentes no cotidiano de uma administração”**, neste caso, dos Sistemas de Arquivos. Refletem também os distintos aspectos do seu processo decisório e, em consequência, as formas mais adequadas — técnica e politicamente — de controle de tramitação documental, arquivamento e recuperação da informação.

Percebe-se dentre as indicações relacionadas ao elemento ATORES, que “Arquivista(s) do Sistema de Arquivos” foi o exemplo que mais recebeu indicação de existência, seguido do exemplo “Técnicos administrativos do Sistema de Arquivo”, do “Chefe da divisão/seção de arquivo intermediário” e “Chefe da divisão/seção de arquivo permanente”, do “Responsável pelo arquivo corrente na Rede” e da “Rede de Arquivos” e dos “Sistemas de Arquivos de outras IES” (intercâmbio de informações).

A existência de Arquivistas nesses Sistemas de Arquivos vem atender a uma exigência do Governo Federal brasileiro em alocar Arquivistas em todas as IES federais do Brasil e de incentivar a contratação de Arquivistas nas IES estaduais. Evidencia, também, os vários cursos de Arquivologia que têm surgido no Brasil nos últimos 15 anos, promovendo o ensino, reflexões e práticas arquivísticas, a fim de que seus egressos sejam contratados em ramos específicos de Arquivos (<http://www.sinarquivo.org.br/entrevistacominaldo.html>).

Isso corrobora o exposto por González de Gómez e Chicanel (2008, p. 6, grifo nosso) ao afirmarem que as ações de informação, num Regime de Informação, se conectam “tanto aos poderes seletivos de **instâncias reguladoras** (organização, agentes econômicos), assim como o **‘labor’ informacional especializado (profissionais de informação)** caracterizando a intervenção de uma agência sobre as ações e recursos informacionais de terceiros [...]”. Dessa forma o alto percentual de arquivistas alocados na maioria dos Sistemas de Arquivos congrega o labor informacional especializado citado por González de Gómez e Chicanel (2008).

Nota-se dentre os exemplos do elemento CANAIS que “Comunicação entre chefias internas” foi o exemplo que mais recebeu indicação de existência, seguido de “Base/Banco de dados”, de “Acesso ao acervo”, de “Site da IES/Sistema de Arquivos” e “Publicações técnicas/científicas”.

Interessante notar que a maioria dos Sistemas de Arquivos prezam pela Comunicação entre as chefias internas. Entretanto, a “Web 2.0” não é muito utilizada por alguns desses sistemas. Esse último fator contradiz o exposto por Unger (2006) ao afirmar que os Regimes de Informação “são o cenário no qual os seres humanos convivem com a profissão do fluxo informacional” (**comunicação**, troca de informações, ofertas de informação) “de intensa característica heterogênea, **permitida**, principalmente, pela **tecnologia, eletrônica, robótica, informática e telemática**” (UNGER, 2006, p. 30, grifo nosso).

Mas o fato de existir “Comunicação entre as chefias internas” (canais formais e informais) reafirma o pensamento de Dalla Zen (1989) para quem os canais formais contêm informações registradas, o que permite a cobertura ampla de uma área, são de caráter permanente, públicos e acessíveis; e reafirma, também, o pensamento de Moresi (2003, p. 5) ao afirmar que “nos canais informais, o processo de comunicação é ágil e seletivo, e a informação circulada é mais atual e tem maior probabilidade de relevância, porque é obtida pela interação efetiva entre os pesquisadores” (atores). Neste sentido, Unger (2006, grifo nosso) contribui para estes argumentos ao dizer que num Regime de Informação, “as ofertas informacionais são advindas de **meios de comunicação, mídia eletrônica**, academias de ensino e pesquisa, organismos governamentais e não governamentais [...]”.

E consta dentre os exemplos do elemento MENSAGENS, que “Mensagens do/e para o Protocolo”, “Mensagens da/e para a Reitoria” e “Mensagens externas à IES” foram os exemplos que mais receberam indicação de existência nos Sistemas de Arquivos, seguidos de “Mensagens das/e para as chefias das divisões do Sistema de Arquivos” e “Mensagens dos/e para os técnicos administrativos”.

Foi possível detectar a importância da troca de mensagens entre a maioria dos Sistemas de Arquivos com o “Serviço/Setor/Divisão de Protocolo”, com a “Reitoria” e com órgãos externos às IES. Entretanto, a relação entre a não existência da “Rede de Arquivos” na maioria dos sistemas pesquisados com a não existência de “Mensagens da/e para a Rede de Arquivos” é um fato preocupante, pois a não existência da Rede de Arquivos (locais de produção e acúmulo de arquivos intermediários e permanentes)

ocasionará a não existência de mensagens da Rede para os Sistemas de Arquivo e dos Sistemas de Arquivos para a Rede.

Entende-se que como um elemento (ATORES) de Regime de Informação específico, a Rede de Arquivos deveria envolver e desenvolver canais formais (informações registradas oficiais, passíveis de controle) e informais (contato face a face ou mediados por computador) na promoção da troca de mensagens com os Sistemas de Arquivos. Todavia, sabe-se que nos canais formais “o processo de comunicação é lento, ainda que necessário para a consolidação da memória e a difusão de informações para o público em geral” (MORESI, 2003, p. 5). Os canais informais, apesar de em alguns momentos permitirem a troca de dados incompletos, favorecem a disseminação da informação corrente, informação mais atualizada e relevante. Para Lima e colaboradores (2009, p. 1756, grifo nosso) a configuração de um regime de informação requer “uma observação das relações entre tecnologias e organização da informação e da **comunicação entre os atores**”. Esses atores “aprendem com suas experiências e constroem conhecimentos **nas interações com outros na execução de atividades, particularmente pelo compartilhamento de informação**” (LIMA *et al*, 2009, p. 1756, grifo nosso). Neste sentido, as estruturas de comunicação e informação envolvidas nos regimes de informação dos Sistemas de Arquivos pesquisados, “podem aperfeiçoar os vínculos entre indivíduos e grupos que agenciam um empreendimento, contribuindo assim para a realização de seus objetivos” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011, p. 189-190).

Por conseguinte, o andamento das atividades dos Sistemas de Arquivos será facilitado por meio das mensagens que chegam do Protocolo, da Reitoria e de órgãos externos à IES e do envio de mensagens a estes. E a falta de transmissão de mensagens acarretará dificuldades aos Sistemas de Arquivos referentes à transferência dos arquivos intermediários e do recolhimento dos arquivos permanentes, da Rede de Arquivos para os Sistemas de Arquivos. As tecnologias de informação e comunicação (TIC) “constitutivas também de novas dinâmicas de interação social” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2007, p. 174), poderiam auxiliar na troca e transmissão dessas mensagens. As tecnologias de informação e comunicação (TIC), fornecem atualmente, “a base técnica para novos modos de **reprodução e valorização do capital, seja o capital financeiro, transformado em pura informação, seja o capital produtivo**, ao permitirem a flexibilização do aparato técnico e do trabalho [...]” (ALBAGLI; MACIEL, 2011, p. 22, grifo nosso). O sentido dado por Albagli e Maciel (2011) ao advento das tecnologias de

informação e comunicação advoga a favor de seu uso na reprodução e valorização do capital intangível dos ATORES nos Sistemas de Arquivos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES**

Da identificação do regime de informação dos Sistemas de Arquivos das Universidades públicas do Brasil a partir dos elementos que os constituem observa-se que os exemplos de elementos de Regime de Informação distribuídos nas categorias RECURSOS, ATORES, CANAIS e MENSAGENS se complementam em muitos momentos da realização das atividades dos Sistemas de Arquivos.

Nota-se que o Regime de Informação dos Sistemas de Arquivos de Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil atualmente se configura pela existência e trabalho dos “Arquivistas” e dos “Técnicos administrativos” auxiliados pelos “Chefes das divisões de arquivo intermediário e permanente”. Suas funcionalidades exigem a utilização dos recursos informacionais advindos do “Setor/Serviço/Divisão de Protocolo”, da “Legislação Arquivística” e das “Instruções normativas” que contêm mensagens que são transmitidas através dos canais relativos a “Comunicação entre as chefias internas”, “Banco/base de dados”, e “Acesso ao acervo” que têm a função de compartilhar “Mensagens do e/para o Protocolo”, “Mensagens das e/para as chefias das divisões”, “Mensagens da e/para a Reitoria” e, “Mensagens dos e/para os Técnicos Administrativos” e “Mensagens externas à IES”.

Entretanto, levando-se em consideração a importância dos exemplos de elementos de Regime de Informação, vislumbrou-se um Regime de Informação ideal, de acordo com a perspectiva dos respondentes. Essa regime almejado se refere à instauração da “Rede de Arquivos” coordenada pelo “Responsável pelo arquivo corrente” e supervisionada pelo “Arquivista”, valorizando também nesse processo, o trabalho dos “Técnicos administrativos” e dos “Chefes das divisões de arquivo intermediário e permanente”, além da contratação de “Estagiários de Arquivologia”. As funcionalidades dessa “Rede de Arquivos” ideal exigiria a utilização dos recursos informacionais advindos além das “Instruções normativas” e da “Legislação Arquivística”, também dos “Manuais de Procedimentos” e da “Política de Gestão de Documentos” sem se esquecer da finalidade do “Setor/Serviço/Divisão de Protocolo”. Esses recursos deverão conter mensagens que serão transmitidas através dos canais “Comunicação entre as chefias internas”, “Banco/base de dados” e “Acesso ao acervo”, e também dos “Sites das IES e/ou dos

Sistemas de Arquivos”, das “Publicações técnicas”, tendo em mente uma futura aquisição ou desenvolvimento de “Web 2.0”. Esses canais teriam a função de compartilhar além das “Mensagens do e/para o Protocolo”, “Mensagens das e/para as chefias das divisões”, “Mensagens da e/para a Reitoria”, “Mensagens dos e/para os Técnicos Administrativos” e “Mensagens externas à IES”.

O Regime de Informação ideal seria evidenciado com o fomento da discussão entre pares (Sistemas de Arquivos, comunidade Arquivística em geral) visando à disseminação do saber e do fazer, a partir dos conhecimentos adquiridos e das experiências vivenciadas por aqueles que atuam na área, com a organização de encontros e reuniões periódicas e sistematizadas.

Em âmbito local, a “divulgação do acervo arquivístico junto aos cursos em funcionamento nas universidades, mostrando como ele pode contribuir no ensino e na pesquisa” também se configura como agente de desenvolvimento dos atuais Sistemas de Arquivos, assim como a “prestação de assistência técnica, por parte do Sistema de Arquivos, na organização de arquivos e prestação de serviços à Empresa Junior da instituição, quando houver” (BOTTINO, 2012, p. 34).

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; MACIEL, M.L. Informação, conhecimento e desenvolvimento. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação e desenvolvimento**: conhecimento, inovação e apropriação social. Brasília: Ibict/Unesco, 2007. Cap. 1, p.15-34.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M.L. Informação, poder e política: a partir do sul, para além do sul. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. Cap. 1, p. 9-39.

BOTTINO, M. Arquivo universitário: sonho ou realidade? In: VENÂNCIO, R.; NASCIMENTO, A. (Org.). **Universidades e arquivos**: gestão, ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012. p. 23-35.

BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. In \_\_\_\_\_. (Ed.). **The emergent global information policy regime**. Houndsmills: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-38.

\_\_\_\_\_. Defining information. **Telecommunications Policy**, Tokyo, v. 13, p. 233-242, 1989.

CARVALHO, A. M. A. **Conformação de um regime de informação**: a experiência do arranjo produtivo local de eletrônica de Santa Rita do Sapucaí – Minas Gerais, 2009. 248f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-82AHC9/conforma\\_\\_o\\_de\\_um\\_regime\\_de\\_informa\\_\\_o.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-82AHC9/conforma__o_de_um_regime_de_informa__o.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 5 de ago.2010.

DALLA ZEN, A. M. Canais, fontes e uso da informação científica: uma abordagem teórica. **Revista de Biblioteconomia e Comunicação**, Porto Alegre, v. 4, p. 29-41, jan./dez. 1989.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actos network theory. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23.,1995, Edmonton, Alberta. **Annals...** Edmonton, 1995. Disponível em: <<http://fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/selected%20papers.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

FROHMANN, B. The public, material and social aspects of information in the contemporaneity. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO -ENANCIB, 7., 2006, – SP. **Anais...** Marília: ANCIB/ UNESP, 2006.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a04v31n1.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2010.

\_\_\_\_\_. Informação, conhecimento e poder: do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 183-210.

\_\_\_\_\_.; CHICANEL, M. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB/USP, 2008. p. 1-14. 1 CD-ROM

\_\_\_\_\_. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 57-93, abr. 1999.

HORTON JÚNIOR, F. **Information resources management**: concept and cases. Ohio: Association for Systems Management, 1979.

JARDIM, J. M. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói, 1995. Disponível em: <[www.uff.br/ppgci/editais/sistemas.pdf](http://www.uff.br/ppgci/editais/sistemas.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2010.

MATHEUS, R. F. Rafael Capurro e a filosofia da informação: abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para a Ciência da Informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 140-165, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/341/148>>. Acesso em: 2 nov. 2010.

LIMA, C. R. M. et al. **Regime de informação e esfera pública em arranjos produtivos locais**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANCIB/UFPB, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/317/1/LIMAClovisEnancib2009.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

MORESI, E. (Org.). **Metodologia de pesquisa**. Brasília, 2003. Disponível em: <[www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf](http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2010.

WILKE, V. C. L.; JARDIM, J. M. **Dispositivo de informação contemporâneo: considerações preliminares para uma arqueogenealogia do horizonte informacional em nossa contemporaneidade**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 7, 2006, Marília. **Anais...** Marília: ANCIB/UNESP, 2006.

---

#### **Title**

Information regime of Brazilian public universities archives systems

#### **Abstract**

**Introduction:** The shortage of literature and policies that deal with archival practices and the multiple uses of the term "Archives System" raise questions among researchers, academics and scientists in the field about the competence and archival purpose of Archives Systems in Brazil.

**Objectives:** To present information regime from file archives systems of public universities in Brazil from the identification of the elements that comprise .

**Methodology:** Literature review about Information Regime and Archives System so that the theoretical compose the report and promote the analysis of the results obtained by applying the search form.

**Results:** Among the results it is evident that in general the Information Regime from Archives Systems involves surveyed Archives Resources, Channels, Actors and Messages, but in anticipation of respondents this regime should happen in order to appreciate a certain element category over otherwise.

**Conclusion:** The Information regime ideal evidenced with the fostering discussion among peers (Archives Systems, Archival community in general) aiming to dissemination of knowing and doing, from the acquired knowledge and experiences of those working in the area, with the organization of meetings and regular meetings and systematized.

#### **Key word**

Information Regime. Archives System. Publics universities of Brazil.

---

#### **Título**

Regímenes de la información de los sistemas de archivos de las universidades públicas de Brasil

## **Resumen**

**Introducción:** La escasez de la literatura y de las políticas que tienen que ver con las prácticas archivísticas, así como los usos múltiples del "Sistema de Archivos" plazan dudas entre investigadores, académicos y científicos en el campo acerca de la competencia y la finalidad de sistemas de archivos en el Brasil.

**Objetivo:** Presentar la Régimen informativo de los sistemas de archivos de las universidades públicas de Brasil a partir de la identificación de los elementos que componen .

**Metodología:** Se reunió la literatura conceptual sobre Régimen de la Información y Sistema de Archivos para componer la base teórica del informe y para promover el análisis de los resultados obtenidos al aplicar el buscador.

**Resultados:** El régimen de los sistemas de información de archivos encuestados implica recursos, canales, actores y mensajes, pero en previsión de los encuestados de este régimen debe ocurrir a fin de apreciar una categoría de cierto elemento sobre otro.

**Conclusiones:** El Régimen de Información ideal sería evidenciado con el fomento de la discusión entre los pares (Sistemas de Archivos, comunidad Archivística en general) con el reto de diseminar el saber y quehacer, a partir de los conocimientos adquiridos y de las experiencias vividas por aquellos que actúan en el área, con la organización de encuentros y reuniones periódicas y sistematizadas.

**Palabras clave:** Régimen de la Información. Sistemas de Archivos. Universidades Públicas de Brasil.

---

Recebido em: 15/12/2012

Aceito em: 15/01/2013